

A Formação vista desde o sertão¹

Luís Augusto Fischer*

RESUMO: Este ensaio discute a noção de “formação”, que está no centro da obra de Antonio Candido, particularmente no livro *Formação da literatura brasileira*, a partir das recentes pesquisas de Jorge Caldeira, que tem demonstrado a relevância, para a história brasileira, do mundo do sertão, este mundo econômico e social que produz grande parte do PIB brasileiro, desde o século 18, mas que não é alcançado pelo modelo proposto por Caio Prado Júnior, organizado em torno aos conceitos de escravismo, latifúndio e exportação. O trabalho procura pensar qual o compromisso da tese candidiana com a visão de Caio Prado ao discutir o Arcadismo e o Romantismo e ao final propõe algumas especulações sobre o que poderia resultar numa nova descrição de formação da literatura no Brasil se forem tomadas em conta as conclusões de Caldeira.

PALAVRAS-CHAVE: Formação da Literatura Brasileira; Antonio Candido; Jorge Caldeira; Modernismo

ABSTRACT: This paper discusses the notion of “formation” (central to the work of Antonio Candido, and especially to his *Formação da literatura brasileira*), on the basis of recent research by Jorge Caldeira. Caldeira has emphasised the socio-economic importance for Brazilian history of the hinterland, responsible for the bulk of the country’s GDP since the 18th century, but not considered in the model proposed by Caio Prado Júnior, whose *Formação do Brasil Contemporâneo* is based on the concept of plantations using slave labour to produce for export markets. The paper considers to what degree Candido’s work is moulded by Caio Prado’s model in its discussion of Brazilian neoclassicism and romanticism, and concludes by speculating on the possible effects of Caldeira’s conclusions on a new description of the formation of Brazilian literature.

¹ Este ensaio deve muito a alguns interlocutores, companheiros de debate *formativo*, especialmente Homero Araújo, Ian Alexander e Guto Leite. Várias formulações nasceram em diálogo com Rafael Cariello, que me entrevistou a propósito do assunto deste ensaio, para a *Folha de S. Paulo* (edição do dia 30 de outubro de 2011, caderno *Ilustríssima*). Nenhum deles tem qualquer responsabilidade sobre as idéias aqui apresentadas, por certo.

* Professor do Instituto de Letras da UFRGS

KEYWORDS: Formação da Literatura Brasileira; Antonio Candido; Jorge Caldeira; Modernism

Quando uma interpretação se torna clássica, no sentido de ser incorporada ao fluxo rotineiro das aulas e conferências, dos escritos acadêmicos e do jargão da área, ela ao mesmo tempo se consagra e perde força. Se consagra porque ganha fama, é repetida, vira moeda corrente, passando a ser um novo filtro através do qual todo mundo enxerga o objeto a que se refere; mas perde força porque, repetida e rotinizada, sua existência de alguma forma passa a moldar o próprio objeto a que se refere, tornando-se parte, agora, da matéria a ser examinada criticamente; seu poder analítico fica, assim, necessariamente comprometido. Tal fenômeno ocorreu em todas as partes, notoriamente nas áreas de humanidades, muito mais do que nas ciências naturais e nas matemáticas, ainda que também nessas haja casos célebres. Quantas vezes se argüi Marx por coisas que ele disse de modo preciso e específico mas foram tomadas como genéricas e vagas? E por coisas que ele nunca disse, nem pensou, mas foram dadas como sendo de sua lavra por repetidores? Quantas referências equivocadas suporta o trabalho de Darwin?

No Brasil, mesmo em nossa curta trajetória de pensamento original, igualmente se podem encontrar casos relevantes. Talvez o caso mais saliente seja o de Sergio Buarque de Holanda em seus comentários acerca da cordialidade, matéria de seu *Raízes do Brasil* (1936): em nenhum momento o sociólogo defende, nem remotamente, a idéia de que os brasileiros sejam caracteristicamente *gentis*, tampouco reivindica para tal o grau de traço positivo da vida brasileira. E no entanto as duas coisas se dizem sobre seu pensamento, despidoradamente. Faltaria ler melhor o texto para logo perceber que Sérgio Buarque está tentando definir uma marca do trato rotineiro do país, marca que não se resume à gentileza, pois que da mesma cordialidade faz parte a reação discricionária, de fundo patriarcal, baseada

na recusa à lei imparcial e universal que o analista toma como parâmetro de leitura da sociedade brasileira.

O caso mencionado pode ser classificado como leitura inepta, na mesma linha, por exemplo, das restrições que foram feitas à crítica de Machado de Assis ao romance *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, em uma das mais célebres polêmicas do país. Era o ano de 1878, Machado era já reconhecido como um crítico e escritor de primeira linha, embora ainda não tivesse operado o salto de *Memórias póstumas de Brás Cubas*; e resolveu analisar o romance de Eça a partir de um ângulo contrário ao realismo praticado pelo autor português. Não importam aqui os termos do debate, mas a forma: estampada a crítica de Machado, saíram alguns em defesa de Eça, e duas semanas mais tarde Machado retomou a palavra e o debate. Comenta o que repararam a seus juízos e, constatando não ter sido compreendido corretamente, diz: “Que não entendessem, vá; não era um desastre irreparável. Mas uma vez que não entendiam, podiam lançar mão de um destes dois meios: reler-me ou calar”.

Sérgio Buarque poderia dizer o mesmo a seus tresleitores, mas só em seu período de vida, naturalmente. Passado esse prazo, eis aí a má leitura correndo solta pelo mundo, consagrando e estragando o trabalho do grande sociólogo.

Outro é o caso que queremos analisar aqui, neste ensaio conscientemente provisório. Não vamos falar de leituras equivocadas sobre o autor que vamos comentar; o que queremos é reinterpretar uma categoria de análise da literatura brasileira que, como a cordialidade buarquiana, entrou para o repertório das facilidades acadêmicas, no campo das Letras. É reinterpretar não para defender nosso autor de uma leitura errada, inepta, ruim, mas sim contra o pano de fundo de um debate novo no cenário historiográfico e sociológico do Brasil. Fique claro: também há, sobre nosso autor, leituras ruins, que barateiam enormemente os vetores centrais de sua – digamos de modo pomposo e não inexato – sua teoria do Brasil. Nosso autor (que nada tem

de pomposo) é Antonio Candido, e sua teoria do Brasil se chama, genericamente, de *formação da literatura brasileira*; a novidade crítica que servirá para reler tal perspectiva está na obra de Jorge Caldeira, em vários trabalhos, especificamente em dois livros, *A nação mercantilista* (1999) e *História do Brasil com empreendedores* (2009).

Formação: alguma história

1.

O debate sobre o sentido da “formação” ocupa já vários artigos e livros, escritos por gente muito qualificada, de forma que se corre aqui o risco de uma certa leviandade ao tentar sintetizar a coisa em poucas linhas. Mas vamos lá: a perspectiva de *formação* a rigor esteve no horizonte de várias gerações de pensadores no Brasil, ao menos desde Machado de Assis, como se pode ler em seu clássico e sempre interessante artigo “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade”, de 1873. O grande escritor não dispunha do conceito em estado por assim dizer puro, acadêmico, algébrico, mas sua reflexão caminha exatamente na direção de tentar decifrar o caminho da formação da literatura brasileira, nos marcos da formação da nacionalidade. Uma possível gênese intelectual dessa visada, no caso de Machado, deve ser buscada em dois campos: no debate sobre a natureza da história da literatura e da crítica literária, tema que esteve no horizonte do jovem Machado de modo muito forte, de um lado; e, de outro, no debate sobre as virtudes e os limites da identidade nacional, brasileira em particular, tema que uma geração antes de nosso escritor maior já ganhava corpo em ensaios, romances, poemas.

Sem ir muito longe agora, registremos que antes ainda de sua maioridade civil já Machado de Assis publicava artigos com reflexões substantivas sobre a matéria, como se lê em “O passado, o presente e o futuro da literatura”, texto de 1858, de título absurdamente abrangente em cujo cerne

já está posto o problema de modo bastante razoável: ali, ele clama por educação para todos, de forma a habilitar o povo na leitura dos textos que já existem; assinala a obra de Basílio da Gama como um passo importante na definição da literatura brasileira, pois que o temperamento de sua obra é “se não puramente nacional, ao menos nada europeu”; antecipando em muitos anos uma das premissas dialéticas do artigo de 73, diz já aqui que para uma literatura “não há gritos de Ipiranga”, porque “as modificações operam-se vagarosamente” em seu âmbito².

² Citações da edição Aguilar em três volumes, p. 787 do volume III.

Assim também se poderá ver em outros textos da juventude, como a série “Idéias vagas”, estampadas em 1856, aos 17 anos do autor, ou na tradução, feita no ano seguinte, do artigo de Lamartine “A literatura durante a revolução”, em que Machado lidou de perto com alguns dos mais importantes pensadores da matéria naquela altura, como Chateaubriand e Madame de Staël. É uma freqüentação que se estende por vários anos de sua juventude, alcançando, por exemplo, um comentário seu de 1866 (aos 27 anos do autor), em que, para examinar um livro chamado *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, recém-editado, Machado refere de modo aparentemente sólido o historiador Abel-François Villemain, que outro grande historiador de literatura, Otto Maria Carpeaux, muitos anos depois qualificaria assim: “distingue-se dos dogmáticos do classicismo pela atenção às influências estrangeiras na literatura francesa e pela tentativa de compreender a literatura como resultado das mesmas forças históricas que também determinaram as expressões políticas e artísticas da nação; Villemain, comparatista e ‘historiador da civilização’ num campo especializado, é herderiano”³.

³ *História da literatura ocidental*, vol. I, p. 22.

Podemos dizer, em suma, que *o jovem Machado já pensava na literatura* (1) *como parte do processo geral do que os franceses gostam de chamar “civilização”*, envolvendo a vida social, a educação por exemplo, e política, a Independência por exemplo; (2) *a partir de uma visão nacionalista unitária*, que nos anos 1860 ganhava contornos sólidos, garantida a unidade do território brasileiro mediante controle de re-

beliões provinciais, algumas das quais contando com teses emancipacionistas, que fragmentariam o Brasil (o caso mais notável é a guerra dos Farrapos, em cujo contexto chegou a haver declaração de independência de um estado, a República do Piratini); e (3) *em perspectiva processual*, quer dizer, não sincrônica, e *comparatista*, quer dizer, antixenófoba e também antinacionalista. Sem forçar em nada o debate, aqui estão linhas essenciais da visada formativa, que terá larga vida entre nós, daí por diante.

2.

De modo muito mais autoconsciente, a geração modernista vai se valer do conceito “formação” com grande empenho e ganho; basta lembrar dos clássicos *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre (1933), que tem como subtítulo *Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, que não traz a palavra “formação” no título mas atende ao mesmo programa, descrever e entender a formação do país e da nação, no ritmo do ensaio, e ainda *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. Na geração de Candido, ao menos três livros assumiram a categoria “formação” como programa de estudos e como conceito de operação: *Os donos do poder*, subtulado *Formação do patronato político brasileiro* (1958), de Raymundo Faoro, *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, e a *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido. Depois disso, vamos encontrar perspectiva formativa na obra de Darcy Ribeiro, Aziz Ab’Sáber, Florestan Fernandes, Milton Santos, Fernando Henrique Cardoso, Roberto da Matta e alguns outros, assim como podemos dizer que essa mesma forma de pensar estava já em Joaquim Nabuco, em Euclides da Cunha, ou nos modernistas Mário de Andrade, Augusto Meyer, Nelson Werneck Sodr e e Vianna Moog, por exemplo.

Mais uma noção do que um conceito propriamente dito, “formação” representa, no plano do pensamento, o sentido construtivo que esses pensadores viam existir em

⁴ O diagnóstico desse malogro está em *Literatura como missão – Tensões sociais e criação literária na primeira república* (1983), de Nicolau Sevcenko, e num excelente ensaio de Homero Araújo intitulado “Modernos e enfurecidos: O cortiço, O Ateneu, Triste fim de Policarpo Quaresma e Os sertões”, no livro *Machado de Assis e arredores* (2011).

⁵ Esse sentido de intervenção na vida prática, extra-acadêmica, é um fator que o tempo vai permitindo ver com mais clareza. Veja-se o contraste entre esses citados ensaístas, surgidos entre 1870 e 1960, quase todos inscritos empiricamente em tarefas públicas, muitas delas políticas, e ensaístas que brotaram a partir da super-especialização acadêmica e da profissionalização da vida intelectual, particularmente na pós-graduação e na pesquisa universitárias (como será o caso de gente de altíssima qualidade como Roberto Schwarz, Sérgio Miceli e Eduardo Viveiros de Castro, para citar apenas três, de que sou leitor entusiasmado): entre aqueles e estes, se abrem várias diferenças variadas, na abordagem, no texto, no intento, no alcance pragmático. Na arena pública e sem posição dentro da universidade profissionalizada também há algum caso; o mais notório é o de Paulo Francis, com sua visada por assim dizer luterana sobre o Brasil (como em *O Brasil no mundo*).

seu tempo político e social, em conjunturas sucessivas, todas elas de algum modo auspiciosas para as sempre urgentes reformas necessárias ao Brasil. Nos anos 1870 e 1880, o tempo do Machado ensaísta, a energia formativa derivava das campanhas abolicionista e republicana, que empolgaram muita gente, de modo desigual mas efetivo. (Nos anos 1900 e 1910, toma a palavra uma geração desencantada com os rumos da república, em variados sentidos, desilusão que se lê na obra de um Euclides e de um Lima Barreto⁴). Nos anos 1930, a busca formativa ganhava tónus e escala no amplo movimento modernizante, industrialista e socialmente reformador, liderado pelo estado getulista. Nos anos 1950, é inegável que a força mais uma vez modernizadora expressa por JK moveu pensadores e artistas, ecoando e potencializando a nova indústria metalúrgica que surgia, processo de que temos exemplo elevado nos ensaístas formativos e nos pujantes movimentos da Bossa Nova, do Cinema Novo, da construção de Brasília.

Esse o caldo de cultura do pensamento formativo, em sucessivas conjunturas. Trata-se de um ponto de vista que quer entender o passado do país, em seus lineamentos centrais conforme o caso (o campo econômico, social, político, literário, etc., isoladamente ou em alguma combinação), com vistas a discernir as possibilidades do presente e as chances de futuro. Assim, a noção de formação depende de (a) uma perspectiva de conjunto, que pensa o país como um todo, o país como uma unidade, (b) um certo otimismo reformista, um certo reformismo otimista, numa conjuntura favorável ao pensamento crítico, e (c) uma visão prospectiva, que relê o passado orientada por um problema tomado como vivo, no presente e no futuro. Poderíamos dizer o mesmo de outra forma: o pensamento formativo é sempre empenhado: interpreta o passado porque quer intervir no presente com vistas ao futuro. Não estranha nada, assim, que os maiores pensadores formativos sejam figuras com grandes interesses fora da academia, na política, no jornalismo, na vida prática, digamos⁵.

Os ensaios – e são ensaios no sentido forte do termo, isto é, textos escritos com grande liberdade em relação aos cânones que tomam como referência, textos que são, de si mesmos, uma ação sobre o mundo – concebidos sob o signo da formação, reinterpretando o passado, estão sempre disputando a interpretação no presente: Machado relativizando a euforia romântica e querendo a consolidação de uma esfera pública de debate esclarecido; Freyre defendendo a mestiçagem como valor positivo; Sérgio Buarque postulando o fim do estado patriarcal familista; Caio Prado querendo incorporar o proletariado à nação; Furtado defendendo a necessidade de internalizar no Brasil os mecanismos de decisão econômica; Faoro tentando acabar com o patrimonialismo dos gestores brasileiros; e Candido...

3.

Bem, o horizonte do debate de Candido merece todo um detalhamento, toda uma outra abordagem. Em síntese não óbvia, podemos dizer que a disputa de Candido, ao escrever sua *Formação da literatura brasileira*, dirigia suas forças contra alguns inimigos que ainda davam as cartas no campo literário: a Academia Brasileira de Letras e suas sucursais pelo país todo; a crítica literária regular, que ainda acontecia nos jornais; assim como o sistema escolar, através dos manuais de ensino, incluídas nessa conta as florescentes faculdades de Letras, que passaram a brotar pelo país afora nos anos 1950 e 60. Os antagonistas de Candido eram, então, o espiritualismo católico (vale evocar o agora inacreditável prestígio que tinha Tristão de Athayde, na crítica de jornal e nos colégios⁶), o nacionalismo, o ruibarbosismo, o parnasianismo, todas elas ideologias literárias retardatárias mas dominantes naquelas instituições. Daí o sentido renovador, quase revolucionário, da vibração modernista que se encontra, não no enunciado, mas nos alicerces desse grande livro. Modernista em alguns sentidos específicos: um pensamento leigo, crítico, aberto à experimentação, antiformalista, plural, sem renegar nem

⁶ Veja-se sua *Introdução à literatura brasileira*, sob o nome civil de Alceu Amoroso Lima, cuja primeira edição é de 1943.

⁷ Procurei evidenciar o empenho modernista do trabalho de Candido no artigo “Formação hoje – uma hipótese analítica, alguns pontos cegos e seu vigor”. Uma demonstração interessante desse nexos entre a perspectiva formativa e a militância modernista em Candido poderá ser averiguada num estudo redigido em 1950, “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, em *Literatura e sociedade*: ali se lê explicitamente que Romantismo e Modernismo são de fato os dois “momentos decisivos” na vitalização da inteligência brasileira (p. 112), estabelecendo o nexos que no enunciado da *Formação da literatura brasileira* desaparece, embora continue como pressuposto.

⁸ Em artigo anterior à publicação da *Formação*, que é de 1959, esse esquema conceitual aparece já bem delineado, embora em termos menos precisos. O texto é “A literatura na evolução de uma comunidade”; ali se lê: “Assim, não há literatura enquanto não houver congregação espiritual e formal, manifestando-se por meio de homens pertencentes a um grupo (embora ideal), segundo um estilo (embora nem sempre tenha consciência dele); enquanto não houver um sistema de valores que enforme a sua produção e dê sentido à sua atividade; enquanto não houver outros homens (um público) aptos a criar ressonância a uma e outra; enquanto, finalmente, não se estabelecer a continuidade (uma transmissão e uma

a alta tradição literária ocidental nem a força de formas e temas populares da tradição oral⁷.

Vejamos, de modo ultra-sumário, alguns termos empregados por Candido em seu livro, tais como “sistema literário” e “nacional”. “Sistema” Candido trouxe do mundo da sociologia funcionalista norte-americana para o ambiente da história da literatura. O conceito tem grande rendimento crítico, em parte porque passa por fora de categorias como “geração”, “escola”, “estilo de época” e outras, que costumam ainda hoje comandar o espetáculo no campo literário apesar de sua fragilidade epistemológica e incompetência descritiva. Como disse em um grande livro o também sociólogo Leopoldo Waizbord (*A passagem do três ao um*), o livro de Candido é, como *Mimesis*, de Erich Auerbach, uma história da literatura concebida em função de um problema, sem ilusão de ser um manual de história concebido para atingir a completude empírica de seu objeto: Auerbach quis estudar a representação da realidade na literatura ocidental, e Candido procurou entender como se formou o sistema de produção e circulação de literatura no Brasil, entre 1760 e 1880 (correspondendo ao que nos manuais se chama de Arcadismo e Romantismo). Esse sistema é simples de descrever: trata-se de uma relação social entre autores e público leitor, mediante obras que vão sendo produzidas e lidas, relação que é vista sincronicamente, em cada momento, mas também diacronicamente, na formação de uma tradição local, que Candido identifica com a tradição nacional brasileira.⁸

O termo “nacional” vale um detalhamento. É certo que nosso tempo, este começo de século novo, que sucede ao fim de um importante ciclo histórico, a Guerra Fria, este nosso tempo que é o da completa hegemonia do capital financeiro sem compromisso com plantas industriais e estruturas sociais situadas concretamente em algum território, o tempo da internet e tudo que ela proporciona em matéria de internacionalismo prático cotidiano, representa um novo momento no que se refere à noção de nação, nacionalidade, nacionalismo, identidade nacional. Não há

quem possa pensar nessas dimensões do nacional como se pensava até uns vinte anos atrás, até 1989 marcadamente (a Queda do Muro, o fim da União Soviética), ou então até 2001 (o ataque às Torres Gêmeas em Nova York), tempo em que o pertencimento de cada pessoa, de cada grupo social ao seu mundo nacional gozava de forte estabilidade (que vinha de um século antes, mais ou menos) e quando a relação de cada indivíduo com a informação era mediada por instituições mais lentas, muito menos dinâmicas do que a internet (a escola, o rádio, a televisão, a indústria de bens culturais). A nova etapa da mundialização, dos mercados, mas também da luta pela hegemonia geopolítica, e a entrada em cena da internet, no campo literário, são fatos com conseqüências certamente fortes, que ainda mal se podem avaliar mas que sim podem ser registradas com clareza, ao menos em um patamar: mudou, para sempre, a relação da produção literária e intelectual com as antigas demandas do nacional. Isso não significa que o nacional tenha desaparecido por completo, nem no âmbito das instituições formais (a justiça e o ensino, majoritariamente), nem no plano da literatura; mas é certo que ele mudou de tamanho, significado e conteúdo. Vale acrescentar uma modulação: o Brasil tem a peculiaridade de ser o único país de língua portuguesa na região americana, sendo o mais populoso país dessa importantíssima língua, a quinta ou sexta em número de falantes, o que não é pouco e confere ao sentimento nacionalista brasileiro um sentido de auto-suficiência e um caráter de verossimilhança muito grande, traços que de certa forma destacam nosso país no contexto daquele rebaixamento geral do valor do nacional em nosso tempo.

Quanto ao livro de Candido, é certo que ele mantém seu valor em vários níveis, mesmo lidando, como lida, com uma categoria problemática em nossa conjuntura como “nacional”. Não faltam argüições desse traço; a mais articulada está nos ensaios de Abel Barros Baptista, um inteligente leitor do debate nacional brasileiro; animado de uma perspectiva desconstrucionista que está nas anti-

herança), que signifique a integridade do espírito criador na dimensão do tempo” (pp. 140-1).

podas do ponto de vista formativo de Candido, Baptista tem escrito para denunciar o que julga ser uma limitação nacionalista do trabalho de Candido, em um ensaio como “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”⁹.

4.

Num sentido historiográfico ativo, a perspectiva de leitura posta de pé por Candido tem força para descrever outras formações literárias e culturais, especificamente no Novo Mundo¹⁰. Mas também permanece válido por se tratar de um diagnóstico historicamente relevante no conjunto, contendo além disso uma coleção de agudas leituras tópicas de escritores e obras da tradição brasileira e, ainda, por se tratar de um relevante livro do combate modernista em busca da conquista de sua hegemonia, esta finalmente alcançada nos anos 1970, creio. Este último aspecto não é muito óbvio, mas está na raiz da legibilidade do livro: para além de seus méritos como história e como crítica, a *Formação da literatura brasileira* manterá sua vigência enquanto o projeto modernista como um todo tiver força, em particular a variante paulista do modernismo – e ele visivelmente a mantém, bastando ver a recente homenagem a Oswald de Andrade, na FLIP de 2011, em que, com algum excesso, foi tido até como precursor dos tuítes, com suas crônicas da série “Telefonema”. A flamante e moderníssima escritora argentina Pola Oloixarac, tomada por aquela inveja que São Paulo dá nos portenhos descolados de hoje em dia, declarou que Oswald foi “muito mais original” do que Jorge Luis Borges, comparação que diz mais sobre a percepção da força de São Paulo até na sofisticada Buenos Aires do que sobre os autores implicados.

Será possível encontrar exemplos ou sintomas nítidos que fundamentem a tese de que a *Formação da literatura brasileira* forma parte do combate modernista em busca de hegemonia? Nas palavras da *Formação* não vamos encontrar afirmações evidentes dessa ligação entre formação e modernismo, entre outros motivos porque o tema ali é

⁹ Em *O livro agreste*. Não sendo este o nosso assunto, no presente artigo, fica apenas este registro da crítica de Baptista a Candido, trabalho que no entanto está a merecer debate crítico detalhado.

¹⁰ Sirva de exemplo, ainda que cabotino, meu livro *Machado e Borges* (2008, com tradução ao espanhol: *Machado de Assis y Borges*. Buenos Aires: Leviatán, 2011), em que tento mostrar como os dois grandes escritores, com a companhia historicamente anterior de Poe, foram escritores-pensadores de temperamento formativo, cada qual pensando a literatura de seu país em termos muito próximos entre si e com enorme afinidade com o pensamento formativo candidiano. Ian Alexander (v. bibliografia) tem mostrado que o raciocínio formativo quadra bem, igualmente, a uma realidade aparentemente remota como a australiana.

outro, historicamente distante (Arcadismo e Romantismo) do presente em que está sendo gerado (anos 1940 e 50) – e vale ressaltar que o foco em dois momentos afastados no tempo, Arcadismo e Romantismo, foi uma escolha do autor, e escolha relativamente estranhável, dada, entre outras coisas, a origem do trabalho, nascido do convite feito pelo editor José de Barros Martins (e confessada pelo autor no prefácio) para que Candido escrevesse “uma história da literatura brasileira, das origens aos nossos dias”. Em 45, quando deste convite, e ao longo dos anos 1950, quando da redação, é claro que já seria possível estender a descrição histórica até ao menos os anos 1930, ainda mais quando sabemos que Candido acompanhava de perto essa geração e suas obras, como crítico de varejo que era, de alta qualidade.

Na superfície do texto da *Formação* há até mesmo divergência com algumas posições modernistas, especificamente contra o argumento nacionalista originariamente romântico, depois “revigorado pelos modernistas e agora pelos nacionalistas”, de que o Arcadismo fez apenas “literatura de empréstimo”, quando se sabe que Candido leu a literatura árcade como tendo um empenho protobrasileiro – “os escritores neoclássicos são quase todos animados do desejo de construir uma literatura como prova de que os brasileiros eram tão capazes quando os europeus”. Por outra parte, a redação da *Formação* é contemporânea da pesquisa e da redação da tese de Candido em Sociologia, depois publicada com o título *Parceiros do rio Bonito*, situação esta que pareceria afastar Candido mais ainda do trabalho modernista que afirmo existir.

Mas indiretamente, há vários traços desse empenho modernista. Para começar, veja-se que o ponto de vista do livro *Formação da literatura brasileira*, ao mesmo tempo informado e arejado, mantendo em vista a tradição local das histórias literárias anteriores (Candido estudou a fundo a de Sílvio Romero, como se sabe, tendo escrito uma tese de livre-docência sobre ela) mas também operando com conceitos abstratos (como “sistema”) originados da então

moderníssima Sociologia norte-americana, corresponde bem a proposições modernistas as mais defensáveis, leigas, antiformalistas, antifetichistas, vacinadas contra o nacionalismo e o cosmopolitismo tolos. Depois, considere-se que em mais de uma entrevista Candido comenta, retrospectivamente, que sim tinha esse empenho de validação do Modernismo, por esses anos. Finalmente, em textos posteriores, por exemplo em *Iniciação à literatura brasileira* (redigido em 1987), se lê uma reiterada notação de familiaridade entre Romantismo e Modernismo, o que não é inédito, mas continua a ser eloqüente¹¹; e na *Formação* Candido postula essa familiaridade como constituição do ponto de vista do trabalho – “O leitor perceberá que me coloquei deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos”, não por ingenuidade, mas por método, para assim poder escrever, perseguindo um ideal que era romântico mas também modernista, uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”. História de um desejo fundacional compartilhado por românticos e modernistas, por certo, e tomado conscientemente por Candido como ponto de convergência histórica e ponto de partida analítico¹².

(Entre parênteses: sempre vale a pena notar que tal identificação entre Modernismo e Romantismo não decorre imediatamente de toda e qualquer posição vanguardista do começo do século XX, e não ocorre em todas as partes, nem mesmo aqui na América. Tal identificação decorrerá restritamente das vanguardas marcadas de nacionalismo e consistentemente conectadas a interesses políticos, como se poderá ver no caso hegemônico de São Paulo e em parte do cenário artístico de Buenos Aires; o caso mexicano parece bastante diverso, tanto no chamado “estridentismo” quando no romance social do período, por exemplo com Mariano Azuela, ambos mais populares do que nacionalistas.)

¹¹ Escrito para fins que não se cumpriram (seria parte de uma obra a ser publicada na Itália, no quinto centenário do Descobrimento da América), este estudo defende a mesma posição formativa, ainda que de modo diverso, menos rigoroso no manejo dos conceitos (e dos preceitos) do livro canônico, a *Formação*. Veja-se que entra em conta, neste livro, a figura de Gregório de Matos; na parte relativa ao Modernismo, lemos: “O Modernismo não foi apenas um movimento literário, mas, como tinha sido o Romantismo, um movimento cultural e social de âmbito bastante largo, que promoveu a reavaliação da cultura brasileira, inclusive porque coincidiu com outros fatos importantes no terreno político e artístico, dando a impressão de que na altura do Centenário da Independência o Brasil efetuava uma revisão de si mesmo” (p. 88).

¹² Ver nota 6.

Pontos cegos da formação

Formação da literatura brasileira tem como subtítulo a expressão *Momentos decisivos*, os quais são identificados como o Arcadismo e o Romantismo, estudados no livro. Isso significa muita coisa, de saída: num livro escrito nos anos 1950, ficam de fora materiais empíricos da produção literária muito significativos, materiais cuja ausência é eloqüente: Candido não reconhece a existência de sistema literário no século XVII, motivo por que deixou o Barroco de fora de seu livro (angariando incompreensões e contraditas as mais variadas), e deliberou encerrar seu trabalho antes da entrada em cena de Machado de Assis, autor que é o no entanto o ponto de chegada ideal de seu raciocínio, eis que Candido toma como referência historiográfico e crítico justamente a reflexão de Machado no “Instinto de nacionalidade”. Para nem falar das exclusões posteriores a ele: nada se diz sobre parnasianos e simbolistas, sobre os naturalistas e outros narradores já provadíssimos na altura da redação da *Formação*, nem sobre os vários modelos de renovação que a historiografia agrupa sob o nome impreciso de Modernismo. (Não se trata aqui de cobrar que o autor tivesse falado de tudo isso – se bem que seria um gosto poder ler agora o depoimento sempre inteligente de Candido sobre essas expressões –, mesmo porque o livro foi escrito, como se sabe, no rabo das horas, num tempo em que o autor era professor de Sociologia, e não há razão em esperar que tivesse tido o vagar e a dedicação de repassar a matéria posterior a Machado, ainda mais conhecendo a excelência das análises que os autores abrangidos mereceram na obra.¹³)

Mas o caso é que, mesmo considerado apenas o recorte eleito pelo autor, há pontos cegos na obra, pontos presentes no conjunto mas invisíveis no enunciado, provavelmente porque inalcançáveis pela lente em ação, pontos que precisam ser comentados, vistas as coisas pelo ângulo do presente ensaio. O primeiro desses pontos cegos é, seria, outro “momento decisivo”, o Modernismo: Candido só

¹³ Especulação: o artigo “De Cortiço a Cortiço”, de 1973 (incluído em *O discurso e a cidade*), pode ser lido como um novo capítulo da *Formação da literatura brasileira*, tratando de mostrar o papel do Naturalismo.

¹⁴ No já mencionado ensaio “A literatura na formação de uma comunidade”, lemos um comentário que pode ser tomado em linha com o debate que aqui se faz: “como o Romantismo, o Modernismo é, de todas as nossas correntes literárias, a que adquiriu tonalidades especificamente paulistanas” (p. 165).

¹⁵ Em sentido mais remoto, a ausência de Machado na *Formação* pode ser creditada a motivos empíricos da vida social: no tempo histórico do Candido em busca da validação do modernismo (anos 1930 a 50, mais ou menos) eram pouco nítidas ainda as mudanças sociológicas havidas no país desde o tempo histórico de Machado (digamos os anos entre 1870 e o fim do século 19), ou, se não pouco nítidas, de todo modo muito menos nítidas do que passariam a ser no tempo histórico seguinte ao deste Candido, que vai ser o tempo do Schwarz analista do narrador machadiano (anos 1960 a 80), tempo este em que se tornou clara a distância entre o mundo da fábrica moderna e do proletariado urbano, notadamente paulistanos, e o mundo do favor e dos agregados dependentes, especificamente cariocas. Dito de outro modo: quando Schwarz entra em cena, já há toda uma nova distância, todo um afastamento em relação à experiência social concreta que Machado abordou; uma distância tal que permite ao crítico discernir e descrever o mundo do favor, agora visível

consegue armar sua equação crítica e seu ponto de vista porque está estabelecido no ângulo modernista de leitura do mundo. Na introdução, lemos a declaração do autor de haver-se identificado com o ponto de vista dos primeiros românticos, e que foi a partir dessa condição que ele releu os ditos momentos decisivos, Arcadismo e Romantismo; para mim, essa identificação só subsiste porque, como sabemos (e desde Mário de Andrade está dito de modo explícito, naquela famosa conferência de 1942 intitulada “O movimento modernista”), a visão do nacional por parte dos românticos tem muito de parecido com a dos modernistas paulistas, ambos relendo o país, sua literatura, a representação da vida nacional, ambos mergulhados em otimismo e gosto pela novidade, ambos com finalidades de constituir uma interpretação nova do Brasil.¹⁴

Outro ponto cego, já mencionado acima, é Machado de Assis. Não porque Candido não soubesse de sua importância formativa e sua excelência estética, mas porque não dispunha do instrumental teórico capaz de descrevê-las (esta teoria será construída por seu discípulo Roberto Schwarz, na esteira de seu professor mas com a lente lukacsiana e adorniana)¹⁵. Talvez se deva dizer, com maior precisão, que Machado de Assis é um ponto cego *por ser* o ponto de fuga da armação conceitual, no sentido geométrico: Candido estava, ao conceber a *Formação*, profundamente identificado com o Machado do “Instinto de nacionalidade”, que também tomava o Brasil como uma unidade indiscutível ao estabelecer uma perspectiva com seu tanto de evolucionista, como se lê na declaração de que uma literatura não tem Grito do Ipiranga, mas se faz aos poucos, num processo que só não é chamado de “sistema literário” porque escapou a Machado o termo.

Em sentido estrito, os dois pontos cegos mais relevantes, a meu juízo, são os que dizem respeito a totalidades que Candido naturaliza: o Brasil e a Europa. Onde se lê “Europa”, na *Formação*, quase sempre se deveria ler “França”, que nem por ser o farol da cultura letrada brasileira era a única fonte do pensamento, bastando ver o caso do

mesmo Machado, que sabidamente deu o salto decisivo de sua carreira mediante emulação do romance inglês. (Mas Machado, vale insistir, também tomava o Brasil como uma totalidade, sem matizes, naturalizando o ponto de vista carioca.) E onde se lê “Brasil”, estamos lendo de fato Rio e Minas, a partir de São Paulo, porque as variedades de literatura e vida literária que estejam fora deste circuito são apagadas – com sólidas razões, me apresso em dizer, dada a centralidade dessas duas províncias na organização do Brasil, mas razões de todo modo criticáveis, vendo as coisas de longe no tempo e no espaço e mantendo em mente as variadas formações infranacionais no Brasil, aquilo que a pressa classificatória e a ideologia centralista chamam de “regionais”.

Em certa medida, a ligação de Candido com o Modernismo paulista explica, provoca e condiciona esses pontos cegos. Em atitudes de vanguarda, há pouco espaço para sutilezas, porque a ação é mais urgente do que a reflexão, os detalhes, as delicadezas; e os dois pontos de apoio histórico de Candido (o Romantismo, deliberadamente, e o Modernismo paulista, implicitamente) são de feição vanguardista, ao menos em um sentido decisivo – são processos com claro empenho ideológico, são literatura a serviço de causas, no primeiro caso definindo a nacionalidade autônoma a partir do Rio, no segundo a nacionalidade moderna a partir de São Paulo¹⁶.

Agora o caso da naturalização de “Brasil”: se tomarmos uma figura de referência para cada um dos dois momentos implicados no raciocínio, José de Alencar para o Romantismo e Mário de Andrade para o Modernismo, autores por sinal com grandes afinidades ideológicas, veremos que ambos julgam incorporar todo o país em sua obra, desde o centro em que vivem até toda a variedade regional brasileira, desde o passado até o presente, Alencar extensivamente, em vários romances, Mário intensivamente, em *Macunaíma* (e também nas pesquisas sobre cultura popular). Nesses exemplos se pode ver que uma idéia totalizante de Brasil estava encarnada na própria obra de seus talvez principais

por contraste. De modo mais simples ainda: no tempo de Schwarz é que se configuraram as condições materiais objetivas para a compreensão crítica das estruturas profundas presentes na obra de Machado.

¹⁶ Sobre esse paralelo, Ian Alexander fez, em conversa com o autor do presente ensaio, uma síntese em forma de quase-piada de grande eloquência: “Eu gostaria de acrescentar também uma oposição: com o Romantismo, o Rio diz para Portugal ‘somos mais parecidos com Paris do que com vocês’; com o Modernismo, São Paulo diz para o Rio ‘somos mais parecidos com Paris que vocês’.”

agentes, que se dispensavam, por assim dizer, de atentar para a difusa diversidade do país, em latitudes e longitudes variadíssimas. Creio que se poderia identificar na oposição entre Mário de Andrade, metonímia de Modernismo paulista, e a Academia Brasileira de Letras, supra-sumo da velharia combatida pela vanguarda de São Paulo, a raiz da naturalização de “Brasil”, a raiz desse ponto cego. A ABL (os parnasianos, Ruy Barbosa, Coelho Neto) ganhou o estatuto de inimigo número um, numa opção histórica que empurrou para a sombra uma boa quantidade de formas e autores que pouco ou nada tinham com o conservadorismo acadêmico (Euclides da Cunha, Lima Barreto, Augusto dos Anjos, João do Rio, os poetas simbolistas, para nem falar de escritores de circulação provincial, como eram nessa época Monteiro Lobato e Simões Lopes Neto); nesse processo, quem tomou a palavra na condição de Modernismo, tendo escolhido aqueles alvos, modelou-se a si mesmo pelo tamanho do inimigo enfocado.

Por que Mário de Andrade não mediu forças, por exemplo, com os experimentos simbolistas, que já tinham mostrado boa força no Brasil na altura de 1920? Por dois motivos, penso: um, Mário não teria motivo para combate, porque o melhor Simbolismo tem muito mais afinidades do que discrepâncias com as melhores vanguardas, em sentido amplo, particularmente na rejeição à brutalidade da vida regulada pela mercadoria; dois, ele teria que apurar o debate formal em grau superior e precisaria haver-se com debate crítico mais duro, porque o Simbolismo tinha tutano estético muitíssimo mais exigente do que o Parnasianismo, no Brasil e em qualquer outra praça, sendo parte notável da visão crítica contra o mundo do capitalismo da chamada Segunda Revolução Industrial.

Consideradas as coisas por esse vértice de observação, será possível estimar o preço pago por Candido, na armação de sua perspectiva formativa, em função de sua militância modernista: ao olhar para o conjunto da história de literatura brasileira pela mesma lente de Mário de Andrade, sem registrar qualquer discrepância notável para com ela,

também ele, Candido, operou com uma noção de Brasil que necessariamente reduzia a quase nada a complexidade das discrepâncias regionais, uma vez naturalizada a visão do país todo ao seu centro.

Quanto ao ponto cego da idéia de Europa, há ainda muito a pensar. Ian Alexander, que tem sido um leitor minucioso desse tema, na obra de Candido (e na Harold Bloom¹⁷, mostrou que na *Formação* acontecem sucessivas modulações para acomodar a experiência estética e política parisiense no patamar de “Europa”; para Ian, australiano que faz questão de manter tal dado no horizonte de sua análise que nada tem de nacionalista, essa identificação de Paris com Europa empobrece imensamente o debate. Penso mais ou menos da mesma forma, em suma: aquilo que Alencar e Mário viam como sendo Europa – fundamentalmente a cultura de língua francesa processada em Paris – é o que a *Formação* toma como Europa. E isso por certo reduz muito o espectro da variedade real européia.

Pode-se armar uma equação elegante e, creio, representativa: o Machado de Assis crítico está para o Romantismo/Alencar como o Antonio Candido da *Formação* para o Modernismo/Mário de Andrade; e os dois conjuntos compartilham uma visão centralista, centrípeta, excludente, que não foi inventada por eles, antes está no DNA da organização do Brasil, desde Portugal e até hoje (e tal centralismo tem tudo a ver, por contraste, com a renovação que o trabalho de Jorge Caldeira está promovendo, como veremos adiante). Uma visão que de certa forma simplifica e assim empobrece as duas pontas do processo, a de lá, do centro de referência, e a de cá, da periferia brasileira.

Esclarecendo: não é que o Machado crítico (fundamentalmente até seus quarenta anos de idade, momento a partir do qual praticamente abandonou a atividade crítica para se dedicar à ficção e à crônica) ou o Candido até a publicação da *Formação* não tivessem notícia das literaturas inglesa, alemã, italiana, etc.; é que não as colocaram em jogo no raciocínio de tipo formativo, que tem como pontos de referência o debate português (forte no tempo

¹⁷ Ver “Leituras novo-mundistas” e *Formação nacional e cânone ocidental: literatura e tradição no Novo Mundo*”.

¹⁸ Num ensaio com um tanto de memória, Candido lembra o imenso papel que teve, em suas leituras de juventude, a presença portuguesa: “Eça de Queirós era o mais lido e conhecido [dos escritores da geração portuguesa de 1870] (...). Anoto de passagem a coincidência feliz de terem sido contemporâneos dois narradores de nossa língua que eram dos maiores nas literaturas ocidentais: ele e Machado de Assis. E faço a anotação para dizer que Machado era menos lido, menos conhecido e menos estimado. Sobretudo, menos incorporado aos hábitos mentais” de sua geração. Está em “Dos livros às pessoas”, em *O albatroz e o chinês*, p. 102.

de Machado, já bastante secundário para Candido, embora presente nos círculos letrados brasileiros, que nos anos 1950 ainda se entregavam a discussões sobre quem era melhor, Eça ou Machado¹⁸) e o francês (forte nos dois casos). E por quê? A primeira resposta está na evidência de que Portugal e França (Paris, mais propriamente) de fato ditavam normas para os artistas e intelectuais brasileiros entre o final do século XVIII, passando pelo século XIX como um todo e alcançando até os anos 1950, muito mais do que qualquer outra tradição culta; assim, é razoável operar a compreensão crítica levando em conta esses dois centros, e não outros. Onde, então, o cabimento para argüir a naturalização de “Europa” em Candido (e em Machado)?

Assunto para muita meditação, que não espero haver entendido suficientemente mas que pode talvez ser encaminhado provisoriamente do seguinte modo: na obra de Machado, escritor formado fortemente na tradição francesa, está bem provado que houve um aporte decisivo, para seu amadurecimento como escritor, vindo da língua inglesa – a leitura meditada de Lawrence Sterne está na base das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Sem essa leitura, o depois famoso humor machadiano seria bem outro, talvez diretamente voltairiano, sem o traço inglês que todos nele reconhecem como excelente. Da mesma forma, Machado é um excepcional freqüentador de Shakespeare, desde jovem, e algumas de suas peças estão no centro da criação machadiana, como é o caso do *Othello*. Mesmo assim, quem mais fez sua cabeça foi mesmo a literatura de língua francesa, incluindo a crítica e a historiografia literária, e por essa tradição ele parecia medir sua visão das coisas literárias.

Na obra de Candido, que ostenta intensa relação com a cultura de língua francesa e um indelével empenho de análise e interpretação da literatura brasileira, domínio este largamente dominante no conjunto da obra, ocupam lugar de secundária importância análises de autores de outras origens. Há alguns casos: os estudos sobre T. S. Eliot (de 1945, reunidos para publicação em 2000¹⁹), um

¹⁹ Ver *Bibliografia de Antonio Candido*, p. 68-9.

trabalho sobre Joseph Conrad (redação primeira em 1957, reunido em 1964 no livro *Tese e antítese* sob o título “Catástrofe e sobrevivência”²⁰), e um trabalho sobre *Ricardo II*, de Shakespeare (1992); o ensaio sobre o romance de Giovanni Verga *Os Malavoglia* (1970), assim como comentários sobre outros escritores italianos (Ungaretti e Dino Buzzati); um ensaio sobre Kafka; outro sobre poema de Kavafis; alguns ensaios sobre o âmbito latino-americano. No conjunto da obra de um pensador de primeiro nível, o campo não-francês e não-brasileiro não chega a ser vasto, convenhamos. Mas é por isso mesmo significativo: Candido, leitor de várias das tradições literárias ocidentais, de fato pouco escreveu fora do circuito França–Brasil; aqui estará, talvez, uma evidência de sua forte afinidade com tal universo de experiências, que tem como contraparte certa falta de fluência em relação a outras tradições.

Problema algum para a obra de Candido, naturalmente, ou para a de Machado, menos ainda: o que importa, para essa breve discussão sobre a possível naturalização da noção de Europa, é tão-só apontar algumas evidências laterais da força que tem a França, muito superior à de qualquer outra nação ou língua européia, na perspectiva, isto é, na visão de mundo dos dois analistas que aqui ocupam o centro do interesse.

O sertão entra em cena

A modulação feita há pouco, que aponta para o que parecem ser pontos cegos na perspectiva formativa, ajudará, quando menos, a entrar no novo passo do raciocínio de modo informado e, quando mais, a considerar as coisas que seguem sempre com essa preliminar crítica. Dito isso, vamos ao trabalho de Jorge Caldeira, para depois, a partir dele, voltarmos ao tema de formação em Candido.

O debate formativo, nos últimos anos, não tem tanta força pública, e talvez esteja destinado às estantes acadêmicas, aos arquivos sem acesso regular. Assim, cabe a pergunta: há pensadores públicos de temperamento for-

²⁰ Devo a lembrança a Homero Araújo.

mativo, aparecidos de 1980 para cá? Arrisco uma resposta, que não dispõe de qualquer consenso: acho que há alguns, que ocupam lugar de destaque para além dos muros acadêmicos, embora tenham, alguns deles ao menos, formação e vida profissional dentro deles. Penso nos ensaios de gente como Caetano Veloso, os psicanalistas Jurandir Freire Costa e Contardo Calligaris e o professor de literatura e compositor musical José Miguel Wisnik, diversos entre si mas igualmente empenhados em processar analiticamente a experiência brasileira de forma a encontrar e descrever constantes, todos eles intervindo na arena pública do debate; acrescento a essa estrita lista a figura de Jorge Caldeira, jornalista com uma importante atuação na área da canção popular e com formação na área da Política, em que se doutorou. A leitura de seus livros está na base do presente ensaio, desde a biografia de Mauá (na verdade desde antes, com seu estudo sobre o samba carioca dos anos 20 e sobre Noel Rosa) e alcançando sua produção mais recente, como os dois volumes de *O banqueiro do sertão*.

Tenho acompanhado com muito interesse suas formulações analíticas, marcadamente originais e solidamente argumentadas, que aproveitam as recentes conquistas empíricas de historiadores como Manolo Florentino e João Luís Fragoso, entre outros. Caldeira é, na geração atual, talvez o mais formativo dos intelectuais: na conjuntura socialmente progressista deste tempo FHC-Lula, ele tem apresentado um novo diagnóstico do passado com vistas a disputar na arena viva da política e da ideologia uma visão prospectiva do país, num movimento mental relativamente otimista que é muito semelhante, em estrutura, ao dos demais ensaístas formativos. Em seu livro mais recente, *História do Brasil com empreendedores* (Ed. Mameluco, 2009), ele aprofunda a crítica a uma tradicional explicação do passado brasileiro, aquela posta de pé por Caio Prado Jr. Caldeira demonstra, a meu juízo suficientemente, que Caio Prado supergeneralizou uma visão da história colonial e do Império em que certos traços, como o escravismo e,

mais ainda, o latifúndio, resultam valorizados de modo impróprio.

Esses dois aspectos, escravismo africano e latifúndio, ao lado da condição quase exclusivamente exportadora, embora tenham estado evidentemente no centro da organização econômica e social que produziu açúcar e café em regime de “plantation”, foram tomados, a partir de Caio Prado, e sem muita mediação, como verdadeiros para a totalidade do país, quando, diz Caldeira, no vasto “hinterland” que se estendia de São Paulo para o norte, o oeste e o sul (imenso e variado território do sertão, tomando a palavra em sentido ultragenérico, território em que por certo havia escravidão e latifúndio, mas não sempre, não como contínuo social, nem majoritariamente na geografia), imperava uma organização muito diversa, baseada no que Caldeira, liberal sem temor ao nome, chama de empreendedorismo, isto é, ação social e econômica, de indivíduos e grupos, voltada não para a simples sobrevivência, nem principalmente para a exportação, mas já para a busca de lucro. (Daqui Caldeira extrai um dos principais argumentos para a demonstração da existência do mercado interno.) Quem seriam os empreendedores? Os bandeirantes (eles próprios já mestiços de branco com índio), os índios que eram seus servos ou eram contratados por eles, os homens livres em sentido amplo – ou, dizendo de outro modo, os não-escravos, no sentido estrito em que eram escravos os trabalhadores da plantation –, gente que fazia trocas de comércio (mesmo que muitas vezes sem moeda, apenas na forma de escambo ou na modalidade de fiado a ser saldado em algum momento do futuro), que coureava e tropeava entre o sul e o centro do país, que guerreava, que descobria rotas e minas pelo sertão afora, constituindo todos um desigual mas forte tecido social ligado ao movimento de mercado interno, sem nexos diretos com a exportação da grande empresa latifundiária escravista localizada no litoral atlântico.

Importante dizer que não se trata, para Caldeira, de repisar a velha e conhecida dualidade entre sertão e litoral,

ou sociedade interiorana de mercado interno (mas sem moeda) versus “plantation” voltada ao mercado externo, como instâncias distantes: neste livro e num excelente trabalho anterior, *A nação mercantilista*, Caldeira mostra várias articulações entre os dois mundos, as duas formações históricas, e afirma, com dados econométricos recentes que parecem confiáveis, que 86% do PIB brasileiro às vésperas da Independência era mercado interno, contra 14% externo, e que a larga maioria da população brasileira era formada por homens livres, não por escravos. A ser verdade (e não tenho motivos nem meios para duvidar), aí está uma enorme mudança de patamar do debate sobre a formação histórica do país; estamos diante de uma necessária alteração de perspectiva. Olhando de trás para diante, poderíamos dizer que Caldeira vocaliza, com sólidos dados empíricos, o ponto de vista paulista, hegemônico em nosso tempo, ou mais restritamente o ponto de vista paulistano, da cidade de São Paulo, que é de certa forma a síntese desse mundo do sertão, não apenas porque foi, a contar de meados do século XVI, o ponto português mais avançado em direção ao “hinterland”, mas também porque é uma cidade empreendedora, que encarna a talvez mais notável vocação progressista na economia em todo o país.

Onde entra Candido nessa conta? Bem, o caso é que seu livro mais claramente voltado a uma descrição histórica²¹, a *Formação da literatura brasileira*, depende, mesmo indiretamente, daquela visão de Caio Prado Jr. Em qual medida, é preciso avaliar com detalhe; mas me parece instigante pensar que a *Formação* é concebida a partir de São Paulo – da USP, filha diletta do Modernismo, com tudo que nisso se implica – mas versa sobre o passado literário ligado ao universo de Minas Gerais no período do ouro (caso histórico de extração de riqueza natural, o ouro, diretamente para girar a roda de mercado mundial já monetizado) e ao mundo da “plantation” fluminense. Nos termos de Caldeira (se deduzo adequadamente), o ponto de vista histórico da *Formação* de Candido é aquele formulado na cidade-síntese do mundo empreendedor,

²¹ Há aquele outro livro, já citado, menos exigente do ponto de vista conceitual, concebido especificamente como uma descrição histórica de conjunto: a *Iniciação à literatura brasileira*, apresentado na orelha como um “resumo histórico da literatura brasileira, desde as origens no século XVI até os nossos dias”.

São Paulo, e com base na ideologia que melhor exprime esse mundo, o Modernismo de combate, o Modernismo dos manifestos oswaldianos e de *Macunaíma*; mas o livro de *Candido* se ocupa não do sertão, e sim do mundo cuja síntese é o Rio de Janeiro, a cidade que, conforme descreve Caldeira (veja-se sua biografia de Mauá), é o oposto do mundo empreendedor, dominado que foi (é, ainda?) pela mentalidade de gente que “se julga identificada com a modernidade, desde que haja garantias que ela seja um privilégio”, em suas palavras, o mundo que Machado de Assis reprocessa criticamente em sua ficção e que Roberto Schwarz descreveu com precisão.

(Por que a *Formação da literatura brasileira* não se ocupa do mundo do sertão? Resposta simples e aparentemente final: porque o sertão não produzira, até 1950, uma literatura suficientemente vigorosa; pior que isso: o mundo do sertão é o mundo da tradição oral, e não da palavra escrita, considerando o período todo, desde o século XVI. Dizendo de modo positivo: foi nas cidades criadas pela “plantation”, especialmente o Rio de Janeiro, assim como, antes, nas cidades mineiras criadas com o ouro, que a literatura se criou e circulou. Voltaremos ao ponto.)

De certa forma, se poderia pensar que, pela perspectiva de Caldeira, a *Formação* de *Candido* reuniu analiticamente aquilo que seria talvez mais bem analisado se tomado separadamente, Minas e Rio, ou, nos termos da literatura, Arcadismo e Romantismo. Por que reuniu tais momentos? O argumento de *Candido* é que os dois, opostos em termos estéticos (o Arcadismo com seu internacionalismo classicista, o Romantismo com seu nacionalismo vanguardista), contribuíram solidariamente para validar o Brasil como um lugar inserido no sistema geral do Ocidente. Então haverá razão histórica de ordem estrutural para, pensando a partir de Caldeira, reunir numa mesma visada, numa mesma explicação, as duas formações históricas distintas, a da “plantation” hegemônica na formação do estado nacional brasileiro na Independência, e a do sertão, longe desse processo embora a ele associada? Temos aqui uma

peculiaridade história que vale a pena esmiuçar. O caso é que Minas por um lado pertence ao mundo do sertão e do empreendedorismo caldeiriano – as descobertas das minas dependeram diretamente de empreendedores, que queriam lucro, e nas cidades geradas pelo ouro prosperou, como em qualquer cidade, a vida empreendedora de milhares de indivíduos, em ofícios especializados, em tarefas artesanais, e até mesmo na burocracia, nas forças policiais e militares e no mundo religioso, para nem falar do temperamento algo empreendedor implicado nas idéias de autonomia política, cogitadas nas mesmas cidades –; por outro lado, Minas se liga fortemente ao mundo da “plantation” hegemônica no litoral, o mundo da produção do açúcar e do café, porque a extração do ouro foi feita grandemente com mão-de-obra escrava negra, a mesma que organizava a economia exportadora brasileira, e também porque a organização do estado português no Brasil por assim dizer transitou entre Salvador, Vila Rica e Rio de Janeiro, o que faz dessas cidades uma teia que está na origem do estado brasileiro.

Então *Candido* tem razão em reunir os dois momentos em uma mesma visada, por certo. Mas não estão isentos de ambivalências nem o processo histórico da sucessão Minas–Rio, nem a leitura de *Candido* sobre as afinidades entre os dois momentos literários relativos a Minas e ao Rio. A conta completa, aliás, não envolveria apenas uma sucessão de dois estágios, mas de três, desde o século XVIII: de Minas, seu ouro, sua burocracia, seus empreendedores e seu Arcadismo, passa-se ao Rio, seu café, o Estado nacional brasileiro organizado e seu Romantismo (mas também a literatura do fim do século e a Academia Brasileira de Letras), e chega-se finalmente a São Paulo, seu café e sua indústria, a República que patrocina e o Modernismo que pratica e entroniza. (Isso deixando de lado Salvador, com seu açúcar, sua vida urbana, seu relativo requinte cultural, seu Barroco, etc., conjunto que porém poderia ser integrado ao raciocínio, em certo sentido, mas contrariando o pressuposto de *Candido* para a formação do sistema literário, para ele ausente no século 17 baiano.²²)

²² Essa hipótese de integração tem, parece-me, grande cabimento, mas não será discutida em detalhe aqui. Para considerá-la, será preciso alterar uma cláusula aparentemente pétrea da visão de *Candido*, justamente a que não reconhece a existência de sistema de produção e circulação regulares de literatura na Bahia do século 17. Como alterar? O ponto-chave se liga a uma mudança da visão estritamente sincrônica que *Candido* estabelece: se de fato *Candido* tem razão em não reconhecer tal sistema no século 17 baiano, e o tem, por outro lado é certo que no século 18 e seguintes a Bahia conhecerá a produção e a circulação de literatura culta de modo sistêmico, fato singelo cujo reconhecimento de alguma forma repõe Salvador no mapa formativo, em sincronia com as demais cidades brasileiras com vida letrada, com o acréscimo nada desprezível de haver sido sede de escola superior (dos jesuítas) e de alta burocracia letrada desde o século 17 mesmo, para nem recuar ao 16, e de haver visto florescer, mesmo que sem a circulação regular e/ou em livro, a obra de grandes como Vieira e Gregório de Matos.

Assim, não é que Minas e Rio devessem ser vistos isoladamente em função da visão do Caldeira, que coloca em cena o mundo do sertão como protagonista da construção brasileira, e o motivo é simples de enunciar: a rigor, sendo o objeto de *Candido* a literatura (poderíamos dizer, para ênfase, literatura culta), é óbvio e fatal que seja ela compreendida em termos adequados, como uma forma artística e uma prática social marcadamente urbanas, cultas, letradas, ocidentais, exigentes, tendencialmente sem importar a marca do lugar específico; nesse sentido e nesses termos, Minas no último terço do séc. 18 e o Rio do século 19 são de fato ambientes aparentados, que têm tudo para ser vistos como continuidade, como permanência, como partes de um mesmíssimo circuito, ou sistema, para usar o termo de *Candido*. Haveria algum matiz de distinção entre Minas e Rio, sublinhado por Caldeira e ignorado por *Candido*? Sim, há, mas não é óbvio, nem imediato. *Candido* olha para o continuum Minas–Rio a partir do Modernismo paulista, e o que dá tutano a essa perspectiva é o ângulo europeu (francês, mais restritamente), que olha para a instauração e o desenvolvimento da literatura culta em um país da América.

Mas há o outro lado, potencial ao menos: se a Minas urbana, das cidades organizadas em função da exploração e do controle da produção do ouro, está integrada nesse continuum, não assim a Minas do sertão, que estará integrada ao mundo daquela outra formação, que Caldeira qualifica como sendo a dos empreendedores, fora da Corte, fora da literatura culta e mesmo fora do português culto (praticando a chamada “língua geral”, misto de tupi com português, falado francamente nesse ambiente e até usado para registro escrito eventualmente, língua ou dialeto que não chegou às alturas da literatura escrita naquele momento, nem no Romantismo²³). Esse outro mundo importa para a literatura, então? Sim, importa: não no século 18 mesmo – a menos que tomemos um caso notável como *O Uruguai*, de Basílio da Gama, de 1769, como sendo um esforço de fazer falar o sertão na língua da literatura, hipótese interessante

²³ Rodolfo Ilari anota que eram várias as “línguas gerais” no Brasil, e que uma delas “continuou sendo falada em São Paulo até o início do século XX”, apesar de ter havido proibição formal de uso de língua geral em contexto escolar, por Pombal, em 1757. Ver *O português da gente*, p. 62.

²⁴ P. 783 da edição de Leopoldo Bernucci.

²⁵ Num ensaio preme de idéias sobre o tema (ainda que tenha como objeto algo diverso), José Hildebrando Dacanal aventava, no começo da década de 70, uma descrição que ainda hoje guarda interesse para o presente debate. Ali, Dacanal postulava uma divisão em três do país, em termos de organização econômica, social e cultural: haveria o Brasil da Costa, integrado à Europa (o mundo da “plantation” mas também dos grandes portos exportadores e das grandes cidades); próximo da Costa haveria o que ele chamou de Interior I, espaço e sociedade agrários integrados econômica e culturalmente à Costa; e haveria o Interior II, o espaço do sertão, com pouca relação orgânica com o Interior I e a Costa. A Costa é o território da literatura reconhecida como culta, o mundo de Alencar, Machado de Assis e da Academia; o Interior I é o mundo de Bernardo Guimarães, Simões Lopes Neto, Monteiro Lobato, Erico Veríssimo; o Interior II é finalmente o mundo de Euclides da Cunha, talvez de Graciliano Ramos, de Guimarães Rosa. O ensaio se chama “Dependência cultural: notas para uma definição”; sua edição mais recente está em *Ensaíes escolhidos*.

e futura, mas que precisaria ser demonstrada –, mas a longo prazo é este mundo que vai falar na obra de Afonso Arinos (Pelo sertão, de 1898), e a partir dela na literatura produzida nesse mundo, até ao menos o gênio Guimarães Rosa, que não se explica pela pauta do Modernismo paulista e sim por esse outro continuum, de que a literatura dita regionalista, de um pedante esquecível como Coelho Neto a um gênio não totalmente realizado como Simões Lopes Neto, é um termo médio indispensável. Nessa tradição se inscrevem ainda outros nomes, aqui apenas evocados: o Bernardo Guimarães romancista; Manuel de Oliveira Paiva; Monteiro Lobato, o dos contos mas também o da criação do mundo ficcional infantil; uma variedade de pesquisadores de valor e obra muito irregular, como Valdomiro Silveira e Cornélio Pires, assim como os contos e novelas de Hugo de Carvalho Ramos e de Alcides Maya; e o caso paradigmático de Euclides da Cunha, com seu ensaio sobre o sertão mas dirigido à cidade moderna – “este não é um livro de defesa [dos sertanejos], é infelizmente, de ataque”, disse ele mesmo, nas notas à segunda edição²⁴.

E neste outro processo se poderá ver essa linhagem muito significativa de narrativas (e também de formas poéticas, incluindo as que se expressam na canção), linhagem que a visão modernista, urbanófila, desprestigia, negligencia ou simplesmente renega, linhagem que demonstra o parentesco de todo o mal chamado “regionalismo” (o bom e o ruim, que em descrições históricas não se devem excluir enquanto elementos do processo de formação), literatura que, para acrescentar outro elemento, guarda ligações importantes com a tradição narrativa oral, seja nos temas (lendas, imaginário indígena, etc.), seja nas formas (formas arcaicas de relato e poesia, a linguagem, o narrador totalmente identificado com o protagonista em Simões Lopes Neto e em Guimarães Rosa, etc.²⁵). Quer dizer: para enxergar essa linhagem, para ver seus lineamentos e suas ligações com o mundo do sertão de Caldeira, é absolutamente central por em tela de juízo ao Modernismo, que se apresenta como processo unificado, unitário, unifi-

gador mesmo a respeito de obras de que devem sua força a bem outros elementos, outros processos, outra formação histórica; ao Modernismo, que se compreende como a culminação de tudo e a prefiguração de tudo, e com isso obscurece várias facetas, vários processos, em particular esse mundo do sertão caldeiriano; ao Modernismo, que está invisível mas indelével nas entranhas da visada formativa de Candido²⁶.

Perspectivas

Que nova “formação”, ou melhor, quais novas perspectivas sobre a formação de um sistema literário no país se tornam possíveis ao considerarmos essa historiografia mais recente sobre o Brasil, em especial as teses de Caldeira? Se conseguirmos identificar e neutralizar a fantasia de onipotência que há décadas se atribui o Modernismo paulista, tanto na produção literária quanto, pior ainda, na crítica e na historiografia literárias, e que homogeneizou descritivamente a cultura letrada brasileira ao custo de apagar muitas diferenças relevantes, creio que será possível diagnosticar processos interessantíssimos de formação do sistema literário e cultural no país, que agora são invisíveis em função do monopólio modernistocêntrico. Muitas perguntas serão formuláveis, muitas descrições novas serão possíveis.

Qual o tamanho dos sistemas não-hegemônicos, que na prensa modernista ficaram reduzidos ao rótulo de “regionais”, rótulo que de saída rebaixa o objeto a que se refere? Qual sua função? Qual sua capacidade de gerar leitores? Qual sua possibilidade de produzir obras de alto valor literário? Como funcionam os casos de formações não-hegemônicas que compartilham materialidade histórica e formas culturais com outras línguas e culturas (pensemos no caso do sul, com tanta identificação social e estética com os países do Cone Sul, ou na grande comarca da Amazônia)? Qual o lugar de Monteiro Lobato, com sua visada antimodernista, ou antivanguardista, inegável,

²⁶ Desculpada a autocitação, escrevi um texto a respeito do nexos entre a hegemonia do Modernismo de feição paulistana e a má (inapetente, equivocada) apreciação da literatura dita regionalista: “Conversa urgente sobre uma velharia – Uns palpites sobre a permanência do regionalismo”, em *Cultura e pensamento*, nº 3, São Paulo, dezembro de 2007.

no processo real de criação de leitores? Que peso teria a resposta a essa questão na avaliação do cânone escolar de hoje? Qual o sentido de sua oposição ao projeto modernista, que ele viu nascer e crescer (mas não chegou a ver hegemônico)? Qual o nexos entre a poesia moderna e a poesia simbolista, que é forte mas se tornou invisível pela militância exclusivamente antiparnasiana de Mário de Andrade? Qual o nexos entre o romance realista dos anos 30 e 40 (Jorge Amado, Erico Verissimo, Rachel de Queirós, etc., que encontraram a linguagem narrativa capaz de realmente imantar leitores em massa no país) e o realismo-naturalismo de duas gerações antes? Não haverá aqui mais continuidade do que ruptura, ao contrário do que tem dito a historiografia modernistocêntrica?

E, mais genericamente, o que poderemos dizer da criação letrada oriunda do mundo do sertão caldeiriano? Ele é igual ao do mundo da “plantation”? Ele fala a mesma língua, ao longo do tempo? Certo, o mundo do sertão é pouco letrado, ao longo do tempo, e se valia da língua geral para falar e anotar os negócios, para nem dizer que precisava lidar com o espanhol em toda a fronteira, assim como com línguas indígenas; mas esse mundo de escassa tradição letrada aceitou à escrita em algum momento, nem que seja o momento final do século 19 e inicial do século 20, quando sua cidade-síntese, São Paulo, explode economicamente e engole sucessivas legiões de operários e de imigrantes, que se somam aos incontáveis descendentes de índios já amalgamados à população – e quem vai expressar essa experiência no plano das letras? Resposta rápida: a música caipira, Adoniram Barbosa e... o Modernismo de São Paulo.

Quer dizer: me parece que temos muito para pensar e descrever, em favor de deixar aparecer mais nitidamente a produção literária feita em língua portuguesa no Brasil: mais estilos, mais vozes, mais textos, mais práticas de leitura terão direito à existência no plano da crítica e da historiografia. Assim como, talvez mais importante do que tudo, essas variedades terão direito à existência no repertório

de leitura dos brasileiros, fortemente dependente do que é oferecido na escola, a qual hoje só enxerga e só repassa adiante o que está sancionado pelo cânone modernista paulistano, o que sobrevive a esse restrito filtro.

Assim, a interpretação de Caldeira ilumina a história brasileira com uma luz relativamente nova e muito interessante, incluindo a produção literária, que porém não está entre seus objetos imediatos. Por um lado, o Modernismo paulista, visto por esse ângulo, perde parte da centralidade que adquiriu, em processo histórico descrevível mas nunca descrito em detalhes (embora intuído por mais de um intelectual, começando talvez por Sérgio Miceli em seus estudos sobre os intelectuais e escritores da República Velha e do tempo de Vargas): ele deverá ser repostado como uma vanguarda relevante, de grande poder de imantação e de vistas largas, sem dúvida, mas também como uma vanguarda que chegou ao poder, o político (já com Mário em São Paulo, depois com a criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico, já envolvendo Rodrigo Mello Franco de Andrade, o mesmo Mário e Augusto Meyer, além de Carlos Drummond de Andrade, entre outros) e o ideológico (já com a criação da USP, depois com a indústria cultural moderna, etc.). E, tendo chegado ao poder, impôs sua visão das coisas, mas – aqui um paradoxo interessante – mantendo uma reivindicação de energia utópica e inconformista, quer dizer, mantendo o charme da vanguarda que não está no poder, que ainda quer conquistar o poder que de fato já tem. Um paradoxo que valeria a pena descrever e que, uma vez descrito, verá desativada parte de sua descomunal força institucional.

Mas esse mesmo Modernismo também ganharia, nessa hipotética nova descrição, ao menos um traço novo: a qualidade de ser a culminação da construção do sertão, um ponto alto na trajetória de crescente força na expressão letrada culta de uma cidade que é a mais sofisticada construção histórica do mundo do sertão. Neste caso, Mário de Andrade passaria a figurar com mais clareza como o pensador deste mundo, o do sertão, o que ele é em

certo sentido evidente, nas pesquisas sobre música popular que ele fez, mas que em outro sentido não é evidente, por exemplo na síntese (confusa, problemática) que ele tentou fazer do Brasil todo, mas com ênfase no mundo do “hinterland”, em *Macunaíma*, em que a cidade é uma coisa demoníaca, por sinal tendo como demônio-mor um italiano endinheirado, e em que o mundo primitivo é uma utopia regressiva. Em sentido mais geral, a visão de Caldeira pode ajudar a mostrar que o combate modernista foi mesmo uma parte decisiva da disputa pela hegemonia entre o mundo paulista, fruto da formação histórica do sertão, e o mundo carioca, fruto refinado e derradeiro da formação história da “plantation”, do açúcar da Bahia e do café da província fluminense; entre o mundo nascido da força “empreendedora” e o mundo brotado da força cortesã, do jeitinho, do pistolão.

Bibliografia mencionada

ALEXANDER, Ian. “Leituras novo-mundistas”. *Outra travessia* – Revista de Literatura da UFSC. Florianópolis, n. 6, pp. 7-30, 1º semestre de 2007.

_____. *Formação nacional e Cânone ocidental: literatura e tradição no Novo Mundo*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS-PPG Letras, 2010.

ARAÚJO, Homero Vizeu. *Machado de Assis e arredores*. Porto Alegre: Movimento: 2011.

BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *A nação mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. *O banqueiro do sertão*. São Paulo: Mameluco, 2006.

_____. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976, 5ª ed.

_____. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975, 5ª ed.

_____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. *Iniciação à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, 4ª ed.

_____. *O albatroz e o chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, 2ª ed. aumentada.

_____. *Tese e antítese*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, 5ª ed. revista.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978, 2ª ed.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões – Campanha de Canudos*. [1902] Edição de Leopoldo M. Bertucci. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

DACANAL, José Hildebrando. *Ensaio escolhido*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

FISCHER, Luís Augusto. “Conversa urgente sobre uma velharia – Uns palpites sobre a permanência do regionalismo”. *Cultura e pensamento*, nº 3, São Paulo, dezembro de 2007.

_____. “Formação hoje – uma hipótese analítica, alguns pontos cegos e seu vigor”. *Literatura e sociedade* – Revista do Depto. de Teoria Literária e Literatura Comparada, FFLCH-USP. Número 11. São Paulo, 2009. 1.

_____. *Machado e Borges*. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

ILARI, Rodolfo e BASSO, Renato. *O português da gente – a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009, 2ª ed.

LIMA, Alceu Amoroso. *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, 3 v.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação literária na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.